

## **EXPANSÃO DO ACESSO E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos/ SP – Brasil  
mcarolinab@ufscar.br

Aline Cristina de Souza  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte/MG – Brasil  
alinezenaro@gmail.com

Rita de Cássia Rosa da Silva  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos/ SP – Brasil  
ritarosa@estudante.ufscar.br

### **Introdução**

Nas últimas décadas, a ampliação do acesso às vagas nas instituições de Ensino Superior, tem sido intermediada pela implantação de políticas voltadas para a democratização e incentivo, agora atenta à representatividade de estudantes oriundos de grupos historicamente sub-representados nesse espaço, como jovens provenientes do ensino médio público, de famílias pouco escolarizadas, negros e indígenas, entre outros.

Apesar do compromisso com o acesso igualitário, especialmente, para grupos minoritários na nossa sociedade, observa-se que ao longo do tempo, não foram implementadas medidas eficazes para garantir a permanência desses grupos recém-chegados ao ensino superior. A simples oferta de vagas nas instituições não assegura a permanência desses estudantes, especialmente aqueles de baixa renda e pertencentes a minorias étnicas.

Mesmo sendo maioria na população brasileira e apesar dos avanços conquistados nas décadas iniciais deste século, a participação do negro em todos os setores da sociedade ainda é baixa. No Brasil, as desigualdades raciais aparecem com maior destaque no mercado de trabalho e na educação por se tratar de questões historicamente persistentes nas relações sociais e raciais e que permanecem até os dias atuais (Theodoro, 2008)

Ao lado do ProUni, programas como o de cotas étnico-raciais, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o SiSU (Sistema de Seleção Unificada) e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foram

decisivos para ampliar o acesso ao Ensino Superior no Brasil e, conseqüentemente, reparar em alguma medida as desigualdades sociais no país.

Essas políticas têm alcançado resultados significativos e expressos pela ampliação do número de estudantes de escolas públicas e negros nas Universidades Federais, mas, apesar disso, faz-se necessário ainda viabilizar a permanência material e simbólica desses estudantes, permitindo que cheguem com sucesso ao término da trajetória acadêmica.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), prevê, dentre outras metas, a elevação da Taxa Líquida de Escolarização (TLE) no ensino superior para 33% da população brasileira de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

No último relatório de monitoramento do Ministério da Educação (MEC), entre os anos de 2012 e 2022, foi possível observar o avanço nas taxas de cobertura populacional dos cursos de graduação, porém, em ritmo aquém do necessário para atingir os alvos do Plano. Entretanto, aqueles com renda acima da mediana tiveram uma estagnação na evolução do ingresso no ensino superior entre 2018 e 2021. (Inep, 2022)

Os dados acima refletem que o acesso ao ensino superior está em crescimento no Brasil, mas não na velocidade exigida para completar os dois primeiros objetivos da meta do PNE até o presente ano de 2024. Diante disto, este resumo expandido tem como objetivo apresentar um estudo de caso desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), acerca do acesso e dos desafios associados para a permanência de estudantes negros na universidade pública.

## **Desenvolvimento**

Com o aumento do número de vagas e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público, verificou-se significativa ampliação da participação da população negra neste cenário. De fato, houve redução das desigualdades raciais em vários níveis, com destaque para o ensino superior (Ipea, 2020).

Neste resumo será utilizado um recorte, com base na investigação realizada por Barbosa (2022), que teve como base levantamentos bibliográficos, análises documentais e uma parte empírica, tendo como público alvo os estudantes que ingressaram na UFSCar pelo sistema de reservas de vagas, a partir do critério étnico-racial e de renda associados,

isto é, ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, e ensino médio cursado integralmente em escolas públicas, além dos ingressantes na reserva de vagas para deficientes desse mesmo grupo.

O programa de ingresso na UFSCar estabelece a reserva de vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública e uma parcela de 35% deste grupo, para estudantes negros.

Os dados levantados contribuíram para a compreensão da trajetória desses estudantes e seu desempenho nas diferentes modalidades de ingresso na UFSCar de 2008 a 2022. O percentual de ingresso por meio de reserva de vagas com o critério de escola pública, passou de 22% em 2008, para 44% em 2022, apesar do percentual ter dobrado, nestes 15 anos, ainda é menor que o número de estudantes que ingressaram pelo acesso universal em 2022, 56%.

Um dos principais desafios enfrentados por esses estudantes estão relacionados à permanência. As ações que devem abranger a assistência estudantil são, desde o acompanhamento às necessidades educacionais até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência, a permanência material. Além disso, é crucial focar em ações voltadas à permanência simbólica como a qualidade de inserção, participação e o sentimento de pertencimento.

Sabe-se que a pandemia do Covid 19 afetou os estudantes por diversos motivos, impactando diretamente na permanência dos estudantes mais pobres, sobretudo os negros. A tendência, portanto, nesse cenário, é a de que mais jovens desistam do ensino superior.

### **Considerações Finais**

Considerando a preocupação em se atingir a proposta da meta 12, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) analisou os dados e também apresentou algumas considerações, estas demonstram que: embora de modo geral os números tenham apresentado evolução, alguns resultados chamam a atenção para a dificuldade que o país enfrentará para atingir as metas. (Abmes, 2019)

Na UFSCar apesar do significativo aumento no ingresso de alunos cotistas, observado a partir de 2014, um ano após a implementação da Lei nº 12.711, observou-se em 2022, uma redução significativa no número alunos ingressantes em todas as modalidades, em especial os estudantes provenientes de escola pública.

Os baixos índices de ingresso observados em 2022 podem ser indicativos das dificuldades impostas pela pandemia e por suas consequências diretas, como a instabilidade econômica, política e sanitária. Além disso, a evasão no ensino médio mais que dobrou em 2021. Segundo o INEP, o percentual de estudantes que abandonaram instituições em 2020 foi de 2,3%, enquanto em 2021, a taxa foi de 5,6%.

Outro aspecto relevante diz respeito aos cortes nos recursos repassados para as Universidades Federais em anos anteriores. Esses cortes têm impactado o funcionamento de setores cruciais, diminuindo os recursos destinados à assistência estudantil e à resposta às demandas dos estudantes que buscam apoio para a permanência.

Por fim, destaca-se a importância de um olhar diferenciado aos estudantes negros, considerando que os espaços ao qual estão inseridos são muitas vezes marcados por discriminação. É necessário que a Universidade trabalhe essas questões para receber esses estudantes dentro das suas particularidades e demandas.

Somente com uma atitude comprometida, será possível o desenvolvimento efetivo da política de Ações Afirmativas no ensino superior, pois ela se estabelece como um pilar fundamental na busca pela superação dos mecanismos e comportamentos de discriminação racial.

## Referências

ABMES – Associação Brasileira Mantenedoras do Ensino Superior. Meta 12 do PNE: iremos cumpri-la?. **Educação Superior Comentada**, 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3587>. Acesso em: 19/01/2024.

BARBOSA, Maria Carolina Rosa Orlando. **Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros (cotistas) na UFSCar**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2022.p.121 Disponível em: <https://acesse.dev/GYNTt>. Acesso em 19/01/2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2022**.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-44.